

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Dolha de São Paulo Class.: 177

Data 3 de novembro de 1978 Pg.: _____

A emancipação trará o extermínio do povo indígena, diz CIMI

GOIANIA (Do Correspondente) — Ao alisar a disposição do governo federal de emancipar os índios brasileiros através do decreto, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) afirmou, em nota oficial, que a medida “significará submeter de forma premeditada os povos indígenas às condições de existência que acarretam, forçosamente, o seu extermínio como povo”.

“Esse decreto é a legalização do genocídio” diz a nota do CIMI, concluída depois de três dias de reunião. “A matança, no entanto, ressalva a note, não se manifestará como no passado. A época da matança dos bandeirantes e bugreiros já passou. Agora, o extermínio dos índios não se fará com o fogo dos bacamartes, mas com a fria letra da lei”.

“Por que emancipar o índio agora? — pergunta o CIMI, mais adiante, completando: “Nenhum argumento foi apresentado à nação, exceto as intenções do ministro do Interior e do próprio presidente da República de emancipar o índio até o final deste governo, convertendo a emancipação em “questão de honra” dos atuais governantes”.

“Denunciamos repetidas vezes — continua a nota — que emancipar os índios, neste momento, equivale entregar suas terras, graciosamente, às mãos dos latifundiários. Os índios não terão condições de defender-se da grilagem ou execução das dívidas, terminando por serem absolvidos como mão de obra barata nas grandes fazendas”.

“Os governos anteriores — diz a nota do CIMI — mesmo pondo em prática uma política contrária aos interesses dos índios, não erigiram a agressão as populações indígenas em código de Estado, tal como este. A conduta dos atuais mandatários do país só é comparável — diz a nota — na história da dominação dos povos indígenas brasileiros, à atuação do marques de Pombal, cuja consequência mais visível foi o completo desaparecimento dos índios do baixo Amazonas”.

Segundo a nota, em lugar de regulamentar o Estatuto do Índio, o “poder Executivo, escudado exclusivamente na força do arbítrio, mantendo a distância todos os setores comprometidos com a causa indígena, e deixando o poder Legislativo completamente à margem das decisões, investe contra o texto da lei, com o fito de modificá-la. Caso se concretize tal medida — adverte a nota — a opinião pública nacional saberá o nome dos responsáveis.”